

O VIÉS ANDROCÊNTRICO DA CIÊNCIA ECONÔMICA E AS CRÍTICAS FEMINISTAS AO *HOMO ECONOMICUS*

Fabiana Sanches Grecco¹

RESUMO: Uma crítica fundamental das economistas feministas em relação à Ciência Econômica é a de que essa ciência seria fundada em um viés androcêntrico que privilegia as relações de mercado e raciocina em termos de individualidades egoístas. Neste texto, isso é verificado por meio da análise da noção *homo economicus* em diferentes abordagens econômicas e momentos históricos. São apresentadas as críticas feministas a essa noção, ilustradas pela ideia de “homem cogumelo” de Thomas Hobbes e pela personagem Robinson Crusoe, de Daniel Defoe. Contrapondo-se a esse viés, é apresentada a perspectiva feminista da Economia que considera que as ferramentas analíticas e metodológicas da Ciência Econômica sejam reinventadas, considerando valores extra-mercadológicos como as emoções, a responsabilidade com as outras pessoas, a solidariedade e a reciprocidade.

PALAVRAS-CHAVE: Ciência Econômica; Economia Feminista; Gênero; Homo economicus; Trabalho.

THE ANDROCENTRIC BIAS OF ECONOMIC SCIENCE AND THE FEMINIST CRITIQUES OF *HOMO ECONOMICUS*

ABSTRACT: A fundamental critique of feminist economists in relation to Economic Science is that this science would be founded on an androcentric bias that would privilege market relations and reasoning in terms of selfish individualities. In this text,

¹ Doutoranda (2015-2019) em Ciência Política (IFCH/UNICAMP).

this is verified through the analysis of the notion *homo economicus* in different economic approaches and historical moments. Feminist critiques of this notion are presented, illustrated by Thomas Hobbes's "mushroom man" idea and Daniel Defoe's character Robinson Crusoe. Opposing this bias, the feminist perspective of economics is presented. It is argued that the analytical and methodological tools of economic science are reinvented by considering extra-market values such as emotions, solidarity, reciprocity.

KEYWORDS: Feminist Economics; Family; Gender; Labor.

INTRODUÇÃO

Este texto expõe um esforço que tenho feito, como cientista social de formação mais centrada na sociologia, em compreender uma parte das críticas que as economistas feministas dirigem à Ciência Econômica. O objetivo é tornar claro os termos e as escolas de pensamento econômico frequentemente citados pelas economistas feministas² e revisar uma bibliografia sobre o caráter androcêntrico dessa ciência³. Não cabe aqui reconstruir toda a história do pensamento econômico, mas em alguma medida terei que recorrer a ela. Não pretendo, também, apresentar noções como *homo economicus* de forma definitiva, mas farei um exercício de compreensão desse termo. Compreendo, nesse sentido, que a reunião bibliográfica apresentada aqui não esgota o debate sobre o *homo economicus*, tampouco tem a intenção de reduzir toda a complexidade da Ciência Econômica a essa noção, mas organiza uma série de críticas feministas importantes para a construção de um conhecimento científico mais objetivo e menos negligente com as experiências das mulheres, como defendem Marianne Ferber e Julie Nelson (1993), Donna Haraway (1995 [1986])⁴ e Sandra Harding (1987, 1992 e 1995).

² Por exemplo, Cristina Borderías, Cristina Carrasco e Camen Alemany (org.), 1994; Cristina Carrasco (org.), 1999 e Marianne Ferber e Julie Nelson (org.), 1993.

³ Por exemplo, Amaia Pérez Orozco, 2006 e 2014; Cristina Carrasco, 2006; Heidi Hartmann, 1981; Julie Nelson, 1993; Nancy Folbre e Heide Hartmann, 1988; Paula England, 1993; Rhonda Williams, 1993; Ulla Grapard (1995).

⁴ Donna Haraway não é economista feminista, mas escreveu sobre o "conhecimento situado" (1995 [1986]) produzido pelo feminismo.

Desse modo, me aventuro nas teorias da Ciência Econômica para apresentar o viés androcêntrico denunciado pelas economistas feministas, que pode ser constatado na trajetória das concepções de indivíduo dessa ciência. Para apresentar tal trajetória, remonto um caminho que vai da Economia Política Clássica de Adam Smith e sua concepção de “mão invisível”, às concepções de *homo economicus* de John Stuart Mill (*economic man*), de William Stanley Jevons (*calculating man*), de Carl Menger (*rational economic man*), e de outros como Thomas Malthus, Alfred Marshall, Vilfredo Pareto, Lionel Robbins. Em seguida, o viés feminista é apresentado aqui usando, como recurso ilustrativo, o modo como o *homo economicus* se assemelha ao “homem cogumelo”⁵ de Thomas Hobbes, bem como ao Robinson Crusoe, de Daniel Defoe, e destacando a necessidade de serem criados novos métodos e novos paradigmas na Ciência Econômica, considerando valores extra-mercadológicos.

Para começar esse percurso, no entanto, considero importante entender uma das formas como se costuma dividir a Ciência Econômica. As correntes de pensamento da economia podem ser divididas em dois grandes grupos: ortodoxia e heterodoxia⁶. De um lado, as “economias heterodoxas” pretendem olhar para além das relações de mercado. São consideradas como “outras economias”⁷, pois são perspectivas econômicas não predominantes e não dominantes. Elas podem ser críticas ao modo capitalista de produção, como a Economia de base marxista; elas podem considerar como econômicas as práticas que não envolvem exclusivamente a extração de mais-valia, como a Economia Solidária; e elas podem não ser pautadas exclusivamente nas transações monetárias, como a Economia Feminista.

⁵ Na literatura estrangeira: “*hongó*”, “*champiñone*”, “*mushroom man*”.

⁶ Um debate sobre ortodoxia e heterodoxia pode ser visto em: David Colander, Richard Holt e Barkley Rosser Jr. (2004), que analisam as definições de ortodoxia e heterodoxia na economia tanto por meio de elementos sociais como intelectuais, e Tony Lawson (2006), para quem a economia ortodoxa pode ser definida predominantemente pelo uso de métodos matemático-dedutivos, enquanto que a economia heterodoxa, em primeira instância, seria uma rejeição a isso.

⁷ Para Antonio David Cattani (2009, n.p.), “outra economia” é a “que se apresenta como alternativa material e humana superior à economia capitalista”.

De outro lado, estão as “economias ortodoxas”, consideradas como teorias do *mainstream* econômico, o que significa serem concepções econômicas predominantes e dominantes. Elas são mais vigentes, mais estudadas nas universidades, mais aplicadas pelos governos e também mais condizentes com o modo de vida e com as ideologias capitalistas. Um exemplo de ortodoxia é a Economia Neoclássica, caracterizada por aglutinar (de modo axiomático – como “visão de mundo”) as concepções de que os agentes econômicos seguiriam certa tendência em fazer escolhas racionais pela maximização dos lucros. No cerne do paradigma ortodoxo está a noção de indivíduo, um indivíduo que age na direção de maximizar os interesses particulares, motivados pela busca do lucro.

Em meio às economias ortodoxas, portanto, predomina uma visão de mundo pautada nos anseios, necessidades e ações dos indivíduos que buscam o lucro capitalista. É em relação a isto que as economias heterodoxas se contrapõem, em especial a Economia Feminista. Para compreender essa contraposição, portanto, é preciso voltar às noções de indivíduo da Ciência Econômica. É preciso olhar para o *homo economicus*. É preciso olhar, também, para o contexto histórico em que essas abordagens foram elaboradas, sem deixar de problematizar o porquê dessas abordagens permanecerem, por mais de 200 anos, ainda vigentes. Começamos, então, pela “mão invisível” de Adam Smith.

A “MÃO INVISÍVEL” E O INDIVÍDUO AUTOINTERESSADO

Apesar de poucas vezes citada em toda a obra de Adam Smith, a metáfora da “mão invisível” foi consagrada na Ciência Econômica por meio de seu trabalho^{8, A} interpretação recorrente (no senso comum) dessa metáfora sugere apenas que certa “mão invisível” seria responsável pelo equilíbrio do mercado, o que permite divagações de cunho metafísico. No entanto, o uso que Smith faz da metáfora em “*A riqueza das Nações*”

⁸ Adam Smith teria citado a metáfora da “mão invisível” apenas três vezes em todos os seus escritos. Apesar disso, em conjunto com outros pensadores de sua época, Smith fundamentou a noção da “ordem espontânea” da economia, presente no iluminismo escocês (Mariutti, 2016; Santos e Bianchi, 2007).

publicado pela primeira vez em 1776, parece não se referir expressamente à ordenação metafísica “invisível” do mercado, mas dizer respeito às possíveis consequências não intencionais da ação humana, à condição natural que rege a ação e a intenção moral que a motiva. Embora o trecho em que Smith menciona a metáfora deixe evidente essa referência⁹, o principal fundamento dessa ideia se encontra em seus estudos sobre filosofia moral, expostos em “*A Teoria dos Sentimentos Morais*”, publicado pela primeira vez em 1759. Nesse sentido, para compreender a teoria econômica exposta por Smith em “*A riqueza das Nações*”, seria necessário recorrer também aos seus estudos anteriores, que evidenciam o significado por trás da metáfora da “mão invisível” (Mariutti, 2016; Santos e Bianchi, 2007).

Nesses estudos de filosofia moral, o conceito de autointeresse (*self-interest*) se destaca. Para Smith, o autointeresse seria algo natural nos seres humanos (uma propensão natural de busca pelo ganho)¹⁰. Contudo, algo bastante genérico que poderia se expressar tanto como egoísmo quanto como virtude, a depender de sua intensidade (Santos e Bianchi, 2007). O que é importante compreender é que, para Smith, por uma determinação

⁹ Em “*A Riqueza das Nações*”, a metáfora da “mão invisível” está presente no seguinte trecho do capítulo 02 do livro IV: “(...) [o indivíduo] orientando a sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas o seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por *mão invisível* a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções (...). Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade” (Smith, 1983 [1776], p. 379-380, grifo nosso).

¹⁰ A visão naturalista de Adam Smith fica evidente na seguinte passagem: “[a] divisão do trabalho (...) é a consequência necessária, embora muito lenta e gradual, de uma certa tendência ou propensão existente da natureza humana (...), essa propensão é simplesmente um dos princípios originais da natureza humana (...), é uma consequência necessária das faculdades de raciocinar e falar. De qualquer maneira, essa propensão encontra-se em todos os homens, não se encontrando em nenhuma outra raça de animais (...). No caso de quase todas as outras raças de animais, cada indivíduo, ao atingir a maturidade, é totalmente independente e, em seu estado natural, não tem necessidade da ajuda de nenhuma outra criatura vivente. O homem, entretanto, tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes (...). Ele terá maior probabilidade de obter o que quer, se conseguir interessar a seu favor a auto-estima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa (...). Assim como é por negociação, por escambo ou por compra que conseguimos uns dos outros a maior parte dos serviços recíprocos de que necessitamos, da mesma forma é essa mesma propensão ou tendência a permutar que originalmente gera a divisão do trabalho” (Smith, 1983 [1776], p. 49-50).

natural de interdependência entre os seres humanos baseada na permuta, os indivíduos agiriam motivados pelo autointeresse (de modo egoísta ou não) e ao perseguir seus próprios interesses, beneficiariam (não intencionalmente) toda a sociedade. Essa, portanto, seria a ideia contida na metáfora da “mão invisível” quando Smith a utiliza em “*A riqueza das Nações*”, a qual a interpretação mais recorrente não alcança. Em outras palavras, toda ação humana seria motivada por uma condição natural (natureza humana de busca pelo ganho – autointeresse) e carrega uma intenção moral (egoísmo ou virtude) e dessas ações derivariam consequências não intencionais positivas (o benefício de toda a sociedade)¹¹.

Para Smith, o processo de criação de riqueza e sua disseminação através das nações dependeria das múltiplas características do homem econômico: suas motivações, propensões, talentos e preferências. Essas características comportamentais formariam a economia que ele sistematizou: os talentos e a natural propensão à troca estariam combinados para gerar riqueza (Morgan, 2006, p. 02 e 03). Essa concepção de indivíduo egoísta e ocasionalmente benfeitor para o restante da sociedade de Adam Smith inaugura, portanto, o fundamento filosófico que sustenta a figura do *homo economicus*, o indivíduo do qual a Ciência Econômica predominante/dominante se refere.

HOMO ECONOMICUS

Para compreender a importância do *homo economicus* para a Ciência Econômica é preciso recobrar a relação intrínseca entre o desenvolvimento das ideologias individualistas e a ascensão do capitalismo. No processo de sobreposição do capital mercantilista pelo capital industrial, sobretudo entre os séculos XVI e XVII, foi necessário “criar um sistema sócio-político mais voltado para a busca livre e desinibida do lucro” (Hunt, 1981 [1978], p. 54). Tal sistema se apoiou em ideologias individualistas, como a proteção dos direitos de propriedade privada e em fundamentos religiosos

¹¹ Seguindo o questionamento de Amartya Sen (1979 *apud* Santos e Bianchi, 2007, p. 647), nos resta indagar “(...) em que sentido e em que medida o comportamento egoísta atingiria o bem comum?”.

que objetivavam o êxito financeiro (prosperar). O antigo paternalismo cristão, que condenava o comportamento ambicioso e a vontade de acumular riqueza, passou a ruir diante do mercado capitalista, que se fundamentava, entre outras coisas, nestas características para funcionar bem (*idem*, 1981 [1978]). O protestantismo, que transformou em virtudes o que antes era condenado pela igreja católica, entendia que as pessoas seriam mais justas pela fé que tinham e não pelo que faziam, os motivos das ações dos indivíduos eram mais importantes que seus atos. A ética protestante conclamava, assim, o autocontrole, o trabalho constante e disciplinado e as limitações de consumo e dos desejos. Uma doutrina que combinava perfeitamente aquilo que almejavam os capitalistas com as necessidades cotidianas para que o capitalismo se consolidasse (Hunt, 1981 [1978]; Weber, 2004 [1904]).

A filosofia do individualismo que deriva desse período, portanto, tem a ideia de que “o ser humano deveria ser independente, dirigir-se a si mesmo, ser autônomo, livre – deveria ser um indivíduo, uma unidade distinta da massa social, e não ficar perdido nela” (McDonald, 1962 *apud* Hunt, 1981 [1978], p. 51). As teorias do individualismo compõem a ideologia burguesa capitalista de distinção social. O individualismo era (e ainda é), portanto, a ideologia dominante da acumulação capitalista. Diversos autores da época passaram a afirmar os motivos pessoais e egoístas como motivos básicos da ação dos seres humanos¹². Com exceção

¹² O “*Leviatã*”, de Thomas Hobbes, publicado pela primeira vez em 1651, é um ótimo exemplo das afirmações da época sobre as ações humanas estarem relacionadas a um ímpeto egoísta. O autor acreditava que os motivos eram puramente autointeresse (Hunt, 1981 [1978]). Para Hobbes, o egoísmo inato levaria a um estado natural de guerra, em que cada pessoa agiria contra todas as outras e apenas um poder absoluto poderia solucionar a guerra de “todos contra todos” (Hobbes, 1999 [1651], p. 110). Isso fica evidente nas seguintes passagens do Cap. XIII – “Da condição natural da humanidade relativamente a sua felicidade e miséria”, de “*Leviatã*”: “Pois a natureza dos homens é tal que, embora sejam capazes de reconhecer em muitos outros maior inteligência, maior eloquência ou maior saber, dificilmente acham que haja outros tão sábios como eles próprios” (Hobbes, 1999 [1651], p. 107). “De modo que na natureza do homem encontramos três causas principais de discórdia. Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória” (*idem*, p. 108). “(...) Durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra” (*idem*, p. 109).

de poucos grupos que se beneficiavam das restrições e regulamentações do comércio e da produção, a maior parte dos capitalistas passaram a defender as doutrinas individualistas e egoístas, com o objetivo de livrar-se do controle estatal e expandir os lucros (Hunt, 1981 [1978])¹³. Enaltecer o indivíduo e suas ações era (e ainda é), então, a ideologia fundamental da qual o capitalismo precisava (e ainda precisa) se escorar, diante da qual um modelo, um tipo ideal, precisava (e ainda precisa) ser sustentado pelos economistas: o *homo economicus*.

Apesar de Smith ser o responsável por introduzir o indivíduo (auto-interessado) na estrutura da Ciência Econômica, o *homo economicus*, no entanto, não seria um modelo para suas ideias econômicas. Essa dimensão de um modelo econômico fundamentado em uma *persona* pode ser encontrado primeiramente em Thomas Malthus, particularmente em seus estudos sobre população, nos quais as pessoas seriam, em sua maioria, movidas por um desejo insaciável de prazer sexual, que resultaria em uma crescente populacional em proporção geométrica: 1, 2, 4, 8 e assim por diante. Em contrapartida a produção de alimentos cresceria em proporções aritméticas: 1, 2, 3, 4. Ou seja, a produção de alimentos não acompanharia a demanda do aumento populacional. Daí que, para Malthus, controles preventivos (reduzir a natalidade), como restrições morais, vícios e controles de natalidade eram necessários, além de controles positivos (incrementar a taxa de mortalidade), como fome, miséria, pragas e guerras (Hunt e Sherman, 1985 [1972]).

Malthus acreditava que “as massas” eram incapazes de conter o crescimento populacional, diferentemente das pessoas com maiores rendas. Assim, as ideias de Malthus e dos liberais desaguavam juntas na ideia de que os governos deveriam renunciar aos pobres e não intervir na economia. “Ainda hoje, muitos defendem as ideias de Malthus, insistindo em que a pobreza é culpa dos pobres, que têm filhos em quantidade excessiva, e em que nada se pode fazer para exterminá-la” (Hunt e

¹³ Dudley North (1641-1691) é considerado o primeiro porta-voz das ideias liberais do indivíduo, que deu base ao Liberalismo Clássico. North entendia que todos “eram motivados primordialmente pelo interesse próprio e que deveriam ter liberdade para competir por si sós num mercado livre, para que o bem-estar público fosse maximizado” (Hunt, 1981 [1978], p. 53).

Sherman, 1985 [1972], p. 65). “Malthus nos diz que se o homem usasse sua capacidade de previsão e raciocínio para restringir sua família, as leis populacionais seriam diferentes” (Morgan, 2006, p. 04). São nestes termos que, para Mary Morgan, o *homo economicus* de Malthus foi o primeiro a servir como um modelo econômico, do qual poderíamos derivar resultados populacionais e econômicos. O homem econômico de Malthus seria, assim, uma figura cujo autointeresse e poder de raciocínio seriam subjugados por sua propensão natural à procriação (*idem*, 2006).

A primeira formulação mais alentada da ideia de *homo economicus* teria sido elaborada por John Stuart Mill, por meio de sua descrição das motivações econômicas dos indivíduos na obra “*Da definição de economia política e do método de investigação próprio a ela*”, publicada pela primeira vez em 1836 (Souza, 2014). No entanto, enquanto Mill é geralmente identificado como o criador do *homo economicus*, do *economic man*, ele nunca teria usado essa designação em seus próprios escritos. Na verdade, o termo teria surgido de uma reação de John Kells Ingram ao seu trabalho (Persky, 1995).

A mais antiga nomenclatura explícita do *economic man* estaria, portanto, na “*A História da Economia Política*”, de Ingram, publicada em 1888, em que o autor se esforçou para desacreditar a economia política de Mill, dizendo que ela “não lidava com homens reais, mas com homens imaginários – ‘homens econômicos’ (...) concebidos como simplesmente ‘animais que fazem dinheiro’” (p. 218 *apud* Persky, 1995, p. 222, aspas do autor). Mais tarde, John Neville Keynes, também teria confrontado Mill, dizendo que o autor se referiria a um homem econômico cujas atividades seriam determinadas apenas pelo desejo de riqueza (Persky, 1995). Desse modo, Mill teria caracterizado (embora não explicitamente) o *economic man* como um indivíduo voltado a um único desejo, o desejo de possuir riqueza, e com a capacidade de obter esse fim de forma eficaz (Morgan, 2006; Souza, 2014).

Para Joseph Persky, para além do que afirmam Ingram e Keynes, o *homo economicus* de Mill não seria apenas um “monomaniaco faminto por dinheiro” (Persky, 1995, p. 223). Além de sua motivação para a acumulação, o indivíduo de Mill desejaria também, luxo, lazer e procriação. Isso seria,

conforme Persky, “mais do que seus críticos identificaram, mas menos do que eles poderiam desejar” (*idem*, p. 223). Não obstante, para compreender melhor o homem econômico de Mill, para além dessas quatro características (louco por dinheiro, desejoso de lucro, lazer e procriação), é interessante notar como a teoria de Mill se insere na concepção de utilidade da ciência econômica.

Em um sentido bastante simplificado, a base da teoria da utilidade está em dizer que o preço ou o valor de troca de uma mercadoria é estabelecido de acordo com o seu valor de uso ou da sua utilidade. Assim, passou-se a quantificar as necessidades a que o valor de uso precisaria atender. O ponto de partida dessa teoria seria o entendimento de que as decorrências do modo de produção capitalista – tais como a especialização do trabalho, o caráter competitivo e egoísta, a dependência fruto da especialização, a acumulação de capital e o controle dos processos de produção, como os sistemas de contabilidade, as leis e os contratos – seriam leis naturais e imutáveis, semelhantes às leis da natureza, projetadas de modo universal e generalizador (Hunt, 1981 [1978]).

A teoria da utilidade fica mais clara com o resumo das seguintes formulações de seus elaboradores. Conforme Emery Kay Hunt, para Jeremy Bentham, o aumento da *utilidade* de um produto aumentaria seu valor e, por consequência a riqueza de seu dono. Para Jean-Baptiste Say, o desejo de ter um objeto e seu uso se originariam da *utilidade* desse objeto. A capacidade de criar a *utilidade* seria o que conferiria valor à produção. Assim, todos receberiam como renda uma quantia proporcional à sua participação na criação da *utilidade*, do que se beneficiaria toda a sociedade. Para Nassau Senior, os preços seriam reflexo das *utilidades* extraídas por cada indivíduo, do consumo das mercadorias e não o trabalho a elas incorporado. Já Frédéric Bastiat, teria reduzido toda a teoria econômica a uma mera análise da troca no mercado e se esforçado em explicar a natureza dos serviços prestados pelos proprietários de terras e pelos capitalistas e em demonstrar que a acumulação beneficiava capitalistas e trabalhadores (Hunt, 1981 [1978], p. 149, 154, 163, 194 e 197).

A perspectiva da utilidade de Mill, diferente das demais citadas acima, não entendia que o deus cristão tinha instituído a propriedade privada.

Para ele, a propriedade privada era uma criação humana. A troca não era o centro da política econômica e o autointeresse era algo culturalmente construído pelo próprio capitalismo. “Temos, assim, que concluir que, apesar do fato de Mill esposar um ponto de vista utilitarista e apesar do fato de que o utilitarismo influenciou significativamente suas ideias, ele não era, com toda certeza, um utilitarista convicto” (Hunt, 1981 [1978], p. 204). Assim, embora o homem econômico de Mill fosse um louco por dinheiro, desejoso de lucro, lazer e procriação, e as proposições do autor estarem ancoradas em certa perspectiva utilitarista, a partir de suas contribuições há uma mudança importante de paradigma na afirmação do comportamento autointeressado dos indivíduos como algo construído socialmente e não como uma característica natural dos seres humanos.

Outra ressalva importante em relação ao trabalho de Mill (o formulador indireto da noção de homem econômico), é feita por Hunt. Para o Hunt, uma distinção importante na Ciência Econômica se dá entre teorias do valor-trabalho (perspectiva da produção) e teorias do valor-utilidade (perspectiva do mercado). Enquanto os teóricos da primeira, como Adam Smith e David Ricardo, em alguma medida se aproximavam dos estudos do trabalho e chegavam a conclusões próximas ao entendimento de que haveria um conflito de classes na sociedade, os teóricos da segunda, como Frederic Bastiat, Jean-Baptiste Say e Nassau Senior, tinham por princípio dar atenção exclusivamente aos interesses do mercado. Mill, por sua vez, seria um dos economistas que mesclava ambos os interesses (Hunt, 1981 [1978]).

Continuando nosso percurso sobre o indivíduo da Ciência Econômica, cabe adentrar a teoria da utilidade marginal, na qual a *utilidade marginal* ou do *grau final de utilidade* é definida pela quantidade da *necessidade* que se tem de um determinado produto. Isto é, para essa tradição de pensamento o valor estaria relacionado com a maximização da satisfação dos interesses dos indivíduos. De acordo com William Stanley Jevons, o prazer e o sofrimento seriam o objeto último do cálculo da Economia, tudo aquilo que um indivíduo deseja e trabalha para obter teria utilidade para ele. Assim, o valor com sentido de apreço ou desejo seria idêntico ao

*grau de utilidade*¹⁴. A utilidade marginal de algo seria, portanto, o que Jevons chamou de *grau final de utilidade* (Jevons 1983[1871])¹⁵.

Conforme Morgan (2006), Jevons compreenderia o homem econômico como um *consumidor calculista*, cujas motivações e ações seriam definidas em termos psicológicos, inspirado no princípio moral economicista do utilitarismo e em sua crença de que o comportamento econômico deveria ser caracterizado na linguagem formal da matemática: o “buscador de prazer” que “maximiza a utilidade” do consumo. Basicamente, conforme Morgan, Jevons “levou o homem econômico para o laboratório de matemática para caracterizar seu comportamento com um novo nível de exatidão e para investigar as leis de seu comportamento” (Morgan, 2006, p.12). Para a autora, ao contrário do *homo economicus* de Mill, o indivíduo calculista de Jevons, não estaria no mercado, ele seria uma personagem introspectiva, cuja subjetividade não poderia ser acessada.

A importância do *homem calculista* (*calculating man*)¹⁶ de Jevons é indiscutível. Ele seria uma das personagens que ajudaram a fundamentar a *Revolução marginal* e sua concepção de utilidade marginal¹⁷. A escolha racional que os indivíduos econômicos (agentes econômicos) fazem, foi efetivamente posta no centro do comportamento econômico com tal “revolução”. A partir dela, a Economia Neoclássica e a consequente concepção de *homem econômico racional* (*rational economic man*) foram elaboradas¹⁸.

¹⁴ Isso fica evidente na seguinte passagem: “Mas no momento em que distinguimos entre a utilidade total de uma quantidade de um bem e o grau de utilidade de porções diferentes, podemos dizer que é sua escassez que evita a queda do *grau final de utilidade*. O pão tem a utilidade quase infinita de manter a vida e, quando se torna uma questão de vida ou morte, uma pequena quantidade de comida excede em valor todas as outras coisas” (Jevons, 1983[1871], p. 105, grifo do autor).

¹⁵ Isso teria relação com o que Senior chamou de “lei da variedade” e o que Edward Banfield chamou de “lei da subordinação das necessidades” (Jevons 1983[1871]; Marshal (1982 [1890])).

¹⁶ A partir do trabalho de Jevons, Frank Knight teria elaborado os detalhes que permitiram calcular o indivíduo calculista (Morgan, 2006).

¹⁷ O “homem calculista” é, segundo Morgan (2006), comparável a Ebenezer Scrooge, a personagem principal da história “*Um Conto de Natal*”, de Charles Dickens, publicado pela primeira vez em 1843.

¹⁸ É preciso recobrar que a tradição neoclássica pode ser considerada cindida em duas

O sentido neoclássico do *homo economicus* teria sido empregado pela primeira vez por Alfred Marshall, em sua “*Aula inaugural do curso de economia de Cambridge*”, de 1885. No pensamento de Marshall a motivação econômica não estaria separada de outras motivações não-econômicas e seu método de investigação do indivíduo previa uma cuidadosa observação de comportamentos, instituições e costumes. Para ele, a natureza humana estaria entre os fatos que dependeriam do tempo e do espaço e que as próprias condições econômicas influenciariam seu caráter. Assim, o “*homo economicus marshallensis*” seria

um sujeito menos raso do que aqueles relacionados aos primeiros marginalistas: historicamente e geograficamente determinado, sujeito a influências econômicas e não-econômicas, sempre contrapondo seus desejos pecuniários a preceitos éticos e morais (Souza, 2014, p. 23, grifo do autor).

Em meados do século XX, a escolha da “racionalidade” do homem econômico tornou-se uma questão mais importante do que suas motivações e desejos. Na base da economia neoclássica do século passado, os cálculos de utilidade forneceram apenas uma vertente ao *homo economicus*. A segunda vertente viria do marginalista austríaco Carl Menger, que teria discutido a avaliação individual e subjetiva sem qualquer um dos aparatos do cálculo utilitarista. Para Menger, o homem econômico seria um economizador em vez de um maximizador. Suas avaliações subjetivas (baseadas em introspecção) estariam relacionadas à escolha entre satisfazer diferentes necessidades em vez de calcular as unidades-padrão de prazer de consumir bens diferentes, como faria o *homem calculista* de Jevons. É somente nessa tradição marginalista austríaca que encontramos uma

vertentes. De um lado, uma tradição mais centrada no trabalho de Bastiat, daria origem às escolas austríaca e de Chicago, que proporião um conservadorismo extremo e defenderiam, de forma rígida e intransigente, o livre mercado. De outro, a escola neoclássica marshalliana, mais moderada, quase sempre defendendo reformas liberais em conjunto com intervenções governamentais (Hunt, 1981 [1978]).

explicação econômica da escolha. Com ela supõe-se que desejos só podem ser maximizados ou satisfeitos por meio de escolhas “racionais” (Morgan, 2006).

Apesar do comportamento racional dos agentes econômicos do sistema capitalista se delinear claramente com a Economia Neoclássica, a teoria sociológica da escolha racional, emergente entre as décadas de 1950 e 1960, nos Estados Unidos, também pode nos elucidar algo, na medida em que essa teoria, que se propõe a explicar o comportamento social e político assumindo que as pessoas agiriam racionalmente, foi considerada como a “invasão” do homem econômico na sociologia. “Representa o último assalto imperialista da economia na Sociologia: a subordinação do *homo sociologicus* ao *homo economicus*” (Baert, 1997, s.p., grifos do autor). Em linhas gerais, os sociólogos da escolha racional desenvolveram teorias para explicar e prever padrões de comportamento de um determinado grupo de pessoas, por isso ela é tão relevante para os estudos sobre ações coletivas. Os autores mais importantes desta abordagem são Anthony Downs, com “*Uma teoria econômica da democracia*”, publicado em 1957, e Mancur Olson, com “*A lógica da ação coletiva*”, de 1965. Nesta perspectiva, a da escolha racional, a noção de interação entre indivíduo e ambiente é ofuscada, que a própria noção de racionalidade carece de reflexão e que a “ideia de autointeresse desabona qualquer iniciativa relacionada ao altruísmo, como se o senso grupal e o bem comum não pudessem ser motivadores para a ação coletiva” (Scheffer, 2013, p. 38). Além disso, certamente há uma infinidade de questionamentos sobre a irredutibilidade da vida social à lógica econômica que podem ser feitas.

Ainda no tema da relação da economia com a sociologia, no início do século XX, Vilfredo Pareto teria procurado integrar ambas as áreas. Seu *homo economicus* seria, então, uma tentativa de criar um conceito de homem “completo” (para além do econômico), incluindo a dimensão das emoções. Em contrapartida, no período entreguerras, Lionel Robbins teria possibilitado o afastamento da teoria econômica da psicologia, insistindo para que a economia fosse formulada apenas em termos lógicos e formais. Robbins seria o responsável por definir a racionalidade como sendo a consistência das preferências dos agentes (porquê e como), o que diferiria

muito da abordagem da racionalidade como maximização racionalizada do autointeresse (Souza, 2014, p. 29).

Das críticas à Mill ou da aula inaugural de Marshal em diante, a noção de *homo economicus* segue sendo revista ou reprovada¹⁹, ainda mais pelas economistas feministas, mas permanece como um paradigma importante para a maior parte da Ciência Econômica, já que o conceito de indivíduo tem grande centralidade, sobretudo para a tradição neoclássica.

Como adverte Persky (1995), seria um grave erro ler no *homo economicus* de Mill a moderna identificação do homem econômico com a própria racionalidade. Em muitos usos contemporâneos, a essência do homem econômico não residiria no que ele escolhe, mas em seu método racional de fazer escolhas. Grosso modo, é desse contexto que emerge, enfim, a figura do agente racional (*homo economicus rationalis*), que é o mais próximo de um conceito de indivíduo que a teoria neoclássica atual oferece, em que a racionalidade como consistência seria seu fundamento e, diante do qual, uma das implicações seria justamente a dificuldade de tratar os agentes como heterogêneos²⁰ (Souza, 2014, p. 27-29).

A economia neoclássica combina, em síntese, três ideologias capitalistas: 1. o argumento da “mão invisível”, no qual as trocas em um mercado livre se harmonizariam com os interesses de todos; 2. a ideia de que esse mercado livre se ajustaria automaticamente a um equilíbrio com o pleno emprego; e 3. a ideia de que a distribuição da renda deveria ser determinada pela produtividade. A partir dessa base, a economia neoclássica contemporânea se dividiria entre neoclássicos liberais e neoclássicos conservadores e o principal ponto em comum entre ambos seria justamente a defesa do sistema capitalista da propriedade privada e das instituições fundamentais para que esse modo de produção se mantenha. Nas palavras de Hunt:

¹⁹ Diante das críticas, abra-se a possibilidade de caracterizar de outros modos os indivíduos tratados pela ciência econômica. Por exemplo: *Homo behavioralis*; *Homo socioeconomicus*; *Homo bioeconomicus*; *Homo heuristicus*; *Homo habitualis*; *Homo psychologicus*; *Homo gynoeconomicus*; *Homo reciprocans* (Souza, 2014).

²⁰ A solução encontrada para o problema da homogeneidade foi adotar os métodos da moderna Teoria dos Jogos (TJ) (Souza, 2014).

a economia neoclássica vê o processo econômico como uma simples série de trocas nas quais se permutam coisas equivalentes. Todos se beneficiam porque, embora cada um consiga exatamente o valor equivalente àquilo de que abre mão, obtêm mais utilidade com o que fica do que com o que dá em troca. Portanto, o mercado harmoniza o interesse de todos e maximiza a utilidade para todos. Não existem classes nem antagonismo de classe (Hunt, 1981 [1978], p. 343).

A economia neoclássica, então, é responsável por manter o *homo economicus* – que foi revisto por vários autores no decorrer dos dois últimos séculos, como o breve resumo até aqui demonstra – como pressuposto teórico básico da Ciência Econômica. O *homo economicus* permanece uma figura individual, racional, autocentrada e egoísta, apesar das variações de intensidade de abordagem e de método de cada um dos autores. De qualquer que seja a perspectiva, o homem econômico é, inegavelmente, um amante do capital e tem o lucro como a razão de sua existência e disso, muitas vivências e valores escapam.

O VIÉS FEMINISTA DA ECONOMIA: AS CRÍTICAS AO *HOMEM COGUMELO* E À METÁFORA DE ROBINSON CRUSOÉ

A Economia Neoclássica é alvo de variadas críticas. Uma das críticas mais relevantes, é justamente dirigida contra o indivíduo racional que está na base de seus modelos econômicos. De acordo com as economistas feministas, o homem econômico da Ciência Econômica androcêntrica predominante e dominante se assemelha a um cogumelo, ou melhor, ao “homem cogumelo” de Thomas Hobbes²¹. Alguns anos antes de escrever “*Leviatã*”, Hobbes publicou, em 1642, “*O Cidadão*”. Nesse livro, ao se refletir ao estado de natureza, Hobbes afirma que deveríamos

²¹ Recobro uma nota de rodapé no início deste texto em que Hobbes é apontado como um dos primeiros autores na elaboração da ideia de que haveria certo egoísmo inato aos seres humanos. Essa ideia, desenvolvida no *Leviatã*, forma a base do pensamento sobre o *homo economicus* e deságua no modo contemporâneo de compreender o indivíduo na Ciência Econômica.

considerar “os homens como se nesse instante acabassem de brotar da terra, e repentinamente (como cogumelos) alcançassem plena maturidade, sem qualquer espécie de compromisso entre si” (Hobbes, 2002 [1642], p. 135)²².

É como se esse indivíduo nascesse já formado e com suas preferências já desenvolvidas: um ser pronto, que não depende de nada e não é responsável por nada além de si mesmo (Nelson, 1993a). O *homo economicus* representa a falsa autonomia da parcela masculina da população, um mundo público aparentemente autônomo:

cego à necessária dependência das criaturas humanas, baseado na falsa premissa de liberdade; um mundo incorpóreo, sem necessidades para satisfazer; um mundo constituído por pessoas inesgotáveis, sempre sãs, nem muito jovens, nem muito adultas, autoliberadas das tarefas de cuidados (Carrasco, 2006, p. 14).

O “cogumelo venenoso” (“*seta venenosa*”), como o denomina Celia Amorós (1992 *apud* Pérez Orozco, 2014), teria sua versão econômica encarnada em Robinson Crusoe (Pérez Orozco, 2014). Na verdade, foram os próprios economistas²³ que usaram Crusoe como referência para o *homo economicus*. Ao usarem a história de Defoe, de 1719, tais economistas removeriam Crusoe do mundo de violência, coerção e exploração em que Defoe o descreveu e o colocariam, como agente econômico, em um mundo sem mulheres. Ao projetá-lo em Crusoe por meio de teorias que pretendem ser universais, gerais e naturalizadoras, os economistas tomariam o homem ocidental [branco e capitalista] como a norma humana. Isso revela, também, o quanto suas teorias são histórica e culturalmente situadas, contribuindo para a construção sexista e racista dessa ciência. Como ressalta Ulla Grapard, “no mínimo devemos nos questionar o que a história de um homem branco, colonial – que naufragou e viveu sozinho em uma ilha do Caribe por vinte e seis anos antes de

²² Passagem citada, também, por Carrasco, 2006 e Nelson, 1993a.

²³ Por exemplo, Jevons, Marshall, Edgeworth, Wicksell and J. B. Clark (Grapard, 1995).

encontrar um ‘selvagem’ – pode nos falar sobre a economia moderna” (Grapard, 1995, p. 35, aspas da autora).

A crítica de que o *homo economicus* seria semelhante a Robinson Crusó não se restringe às economistas feministas. Karl Marx elaborou a sua análise crítica às “robinsonadas” dos economistas clássicos quando escreveu sobre “*O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo*” (“*O Capital*”, vol. I, Livro I, Cap. I). Marx se aproveitou da comparação do *homo economicus* com Crusó para reforçar o seu argumento de que faltaria à economia política clássica a dimensão da relação social.

Para Marx, os “modos diferentes de trabalho humano”, como pescar ou construir móveis, que Crusó executava em sua ilha, são distribuídos em seu tempo, conforme a necessidade e servem para satisfazer as suas necessidades. Tais “trabalhos úteis” teriam sido elencados por Crusó em sua “escrita sobre si”, em que o náufrago descreve o dispêndio de tempo e de materiais (as características essenciais do valor para a economia clássica) para prover as suas necessidades. Eis que para ele, refugiar-se apenas nisso (dispêndio de tempo e de materiais) – o que faz a economia clássica tendo como horizonte Robinson Crusó – mistificaria o modo de produção capitalista, que é uma investida própria da economia burguesa (Marx, 1988b [1867], p. 70-78).

Marx também ressalta que, na ilha, as determinações do trabalho eram vistas de modo individual e Crusó era independente. Enquanto que na “sombra da idade média”, ou nas sociedades capitalistas, as determinações do trabalho são percebidas de modo social e há dependência social. Reiterando, para a Economia Política Clássica, as relações sociais não importam na análise do processo de produção. Nesse espectro, o indivíduo age de modo isolado, ilhado, motivado por suas necessidades e no cálculo do valor apenas cabem o dispêndio de tempo e de materiais e não de “músculos, nervos, ossos e cérebros dos trabalhadores existentes e para produzir novos trabalhadores” (Marx, 1988a [1867], p. 149). “Assim, somente a análise dos preços das mercadorias levou à determinação da grandeza do valor, somente a expressão monetária comum das mercadorias levou à fixação de seu caráter de valor” (Marx, 1988b [1867], p. 70-78).

Assim, no bojo da ausência da percepção dos processos produtivos como relações sociais na economia clássica, há, também a dimensão de que para essa tradição econômica – que se arrasta aos dias atuais, sob outras conotações – as relações de gênero e de raça/etnia são insignificantes. Nesse referencial teórico, ninguém se lembra das viagens de Crusoé para o Brasil em busca de escravos vindos da África. Ninguém questiona o caráter escravocrata de Crusoé, diante de seu ímpeto capitalista, algo próximo do que hoje poderia ser chamado de “empreendedor”.

O agente da economia política clássica e neoclássica é, portanto, um indivíduo essencialmente interessado em si mesmo, racional, supostamente autossuficiente, sem gênero, sem classe e sem origem étnica, mas historicamente mais relacionado à sociabilidade do homem branco, hétero, que pertence à classe dominante, cujo objetivo principal é a busca pelo lucro capitalista. Um indivíduo que habita o mercado, como se ele (o mercado) fosse “A” sociedade, com letra maiúscula: a única realidade existente no universo, uniforme, transistórica, o “lugar” onde vivem todos os indivíduos da terra: todos os homens cogumelos. Esses pressupostos, no entanto, parecem revelar apenas uma das múltiplas faces da economia porque elas dizem respeito a apenas um aspecto econômico (do homem branco que busca pelo lucro capitalista), como se esse fosse o único. Como já dito, do pensamento centrado no *homo economicus*, muitas vivências e valores escapam.

Como observam as economistas feministas, a ausência das mulheres nos modelos econômicos insiste em uma distinção “natural” entre as esferas privada e pública. A consequência é a invisibilização dos trabalhos que as mulheres historicamente são encarregadas e as contribuições desses trabalhos para o bem-estar social (Grapard, 1995). Conforme a economista feminista Cristina Carrasco, tanto o *homo economicus* “como o sistema econômico oficial, só podem existir porque suas necessidades básicas – individuais e sociais, físicas e emocionais – são cobertas pelo trabalho não remunerado das mulheres” (Carrasco, 2006, p. 14).

Para Amaia Pérez Orozco, o ideal de mercado foi estruturado com base na ideia de um trabalhador assalariado que surge pronto para o trabalho, como um cogumelo, que só poderia existir, no entanto, se

houvesse quem assumisse a responsabilidade de manter a vida no dia a dia. Toda essa quantidade de trabalho de cuidados não remunerados formaria, assim, a base invisibilizada que sustenta o conjunto da estrutura da sociedade. Além disso, a autora sugere que a partir desse conjunto de raciocínios androcêntricos é que a “dona de casa” teria sido criada, como plenamente disponível para o trabalho doméstico (Pérez Orozco, 2006).

Paula England argumenta que esses modelos de separação, presumem que na “economia” ou no “mercado” os seres humanos seriam autônomos, impermeáveis às influências sociais e com pouca conexão emocional entre si, tornando a empatia algo impossível. Enquanto que a família seria o lugar do altruísmo e da conexão. Essas suposições podem ser classificadas, para England, como androcêntricas, ou centrada nos homens, favorecendo-os. Leis, crenças culturais, e outras práticas discriminatórias excluíram a maior parte das mulheres da política, das lideranças religiosas, das posições militares e dos ofícios tradicionalmente masculinos no trabalho assalariado. Isso faria com que apenas os homens fossem associados com honra, poder e dinheiro. Enquanto as mulheres seriam relegadas às atividades tradicionais, pouco valorizadas. Para a autora, muito do modo como os padrões sociais de gênero são organizados derivam dos modelos neoclássicos e as experiências humanas que tais modelos deixam de fora. Esse sexismo invisibiliza o quanto os trabalhos domésticos contribuem para a economia, a sociedade e a política – para a “riqueza das nações” (England, 1993).

É nesse sentido que Ferber e Nelson (1993) discutiram como alguns padrões de gênero influenciam a própria formação da ciência. Para as autoras, nas culturas ocidentais modernas a masculinidade estaria associada com as ideias de desconexão, enquanto que a feminilidade estaria associada às ideias de conexão ou relação, o que significaria que

em um modelo masculino, as pessoas são percebidas primordialmente como indivíduos que são separados tanto da natureza como de outros humanos. Em um modelo feminino, as pessoas são vistas como mais integralmente conectadas às comunidades humanas e ecológicas (Ferber e Nelson, 1993, p. 10).

Essa ideia influenciaria a própria noção de ciência, que predominantemente se fundamenta em certa ideia de que ao se considerar as emoções ou o compromisso social (atribuições tradicionalmente referidas ao feminino), a objetividade (um atributo masculino) do empreendimento científico poderia ser comprometida.

No entanto, a questão da objetividade é levantada pelas economistas feministas “não porque a economia é demasiadamente objetiva, mas porque ela não é objetiva o suficiente” (Ferber e Nelson, 1993, prefácio; 10-11). Esta questão é tão latente para as economistas feministas que logo na primeira edição do periódico *Feminist Economics*, do ano de 1995, Sandra Harding publicou um texto chamado “*Pode o feminismo tornar a ciência econômica mais objetiva?*”. Neste texto, Harding questiona a suposta neutralidade da pesquisa econômica e destaca como as economistas feministas identificaram inúmeros valores e interesses androcêntricos responsáveis por moldar os conceitos fundamentais e os métodos analíticos da economia. A autora defende que o ideal da neutralidade científica enfraqueceu os padrões de maximização da objetividade, uma vez que excluiu a investigação sobre locais socialmente marginalizados (como os trabalhos domésticos e de cuidados) e os pontos de vista (como o feminista) que geram análises capazes de identificar e analisar criticamente pressupostos culturais eurocêntricos ou androcêntricos.

A solução para este problema, não seria abandonar a objetividade, mas fortalecer os seus padrões para alcançar a maior precisão e abrangência. Nesse sentido, para uma “objetividade forte” [*strong objectivity*] (Harding, 1992), é preciso a construção de um “conhecimento situado” (Haraway, 1995 [1988]), o que seria característico do trabalho feminista na ciência econômica. A importância desse ponto de vista feminista [*feminist standpoint*], reside justamente no envolvimento político pressuposto no fazer científico de “objetividade forte”. Isso, para Harding, confronta a concepção tradicional de ciência, que se pretende “objetiva”, na medida em que é supostamente neutra e distanciada das subjetividades de quem a faz, mas que ao contrário tem negligenciado ou reproduzido as desigualdades provocadas pelos conflitos das relações sociais entre os gêneros. Por isso,

o ponto de vista feminista tem o potencial de tornar a ciência mais objetiva (Harding, 1987, 1992 e 1995).

A identificação da ciência com a masculinidade e a dominação, e o feminino com a natureza, subjetividade e submissão, é bastante clara desde o século XVII. O modelo cartesiano de conhecimento, por exemplo, é justamente baseado na separação entre a objetividade e a natureza (Nelson, 1993b). Para as economistas feministas, o dualismo cartesiano que distingue público/privado, mercado/família, homem/mulher, razão/emoção, mente/corpo, história/natureza, objetividade/subjetividade, explica a origem histórica do homem econômico. Nessa história da racionalidade, tanto as mulheres como a família foram excluídas dessa “teleologia social darwinista” (Jennings, 1993, p. 122). Isto é, na medida em que há historicamente uma separação entre o feminino mais relacionado à subjetividade e o masculino à objetividade, fica fácil perceber quais sujeitos e quais conjuntos de interesses são preteridos pela ciência “objetiva” por definição cartesiana. É desse modo que se caracteriza o viés androcêntrico da economia predominante: vai além do *homo economicus*, diz respeito à própria estrutura do fazer científico.

Ademais, as críticas das economistas feministas ao *homo economicus* se encontram, também, com as críticas antirracistas à economia neoclássica. Segundo Rhonda Williams, para Vernon Dixon, por exemplo, haveria uma tendência da economia neoclássica em construir o afro-americano como fundamentalmente patológico e, por consequência, incapaz de competir em economias capitalistas, assim, seria preciso caracterizar o *economic man*, também, como euro-americano. Com isso, Williams chama atenção para a necessidade de se racializar a teorização de gênero. Para a autora, o projeto cartesiano culminaria, também, em outras oposições binárias: dinamismo/estagnação, atividade/passividade, razão/paixão, civilização/selvageria e normal/patológico. Para a autora, portanto, o *economic man* não é universal, tampouco apenas masculino, ainda que inserido no contexto ocidental moderno, mas, pertencente a uma raça e uma classe específicas (Williams, 1993).

Diante disso, o que a economia feminista propõe, em resumo, é uma avaliação e uma reconstrução dos paradigmas predominantes e dominantes

da Ciência Econômica, especialmente as concepções de trabalho, tempo de trabalho, formação de valor e outras categorias analíticas circunscritas a este tema. Isto é, as economistas feministas não propõem uma simples junção das análises de gênero às análises econômicas estabelecidas. Não se trata de uma receita diante da qual basta “acrescentar as mulheres e mexer” [*add women and stir*] (Ferber e Nelson, 1993, p. 06), mas as economistas feministas pretendem uma teoria em que as próprias ferramentas analíticas sejam reinventadas.

Um exemplo disso é a defesa de que a “produção da vida” deveria ter maior importância que a mera produção de mercadorias e, no interior desse debate, a construção de pressupostos e métodos mais sensíveis aos trabalhos desprezados pela economia predominante e dominante. Uma das tarefas fundamentais da economia feminista é, portanto, colocar em foco a “produção do viver” (Faria e Nobre, 2003), a “sustentabilidade da vida humana” (Carrasco, 2003). Em que valores como as emoções, a responsabilidade com as outras pessoas, a reciprocidade (Folbre, 1995 e 2001) e a solidariedade (Nobre, 2003 e 2015) sejam considerados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto, o sentido da centralidade do indivíduo na Ciência Econômica foi analisado à luz da noção de *homo economicus*. No resumo aqui apresentado foi possível compreender a variação dessa concepção relacionada aos contextos históricos em que ela se insere. O *homo economicus* variou entre tipos essencialmente egoísta, autointeressado, procriador, maníaco por dinheiro, desejoso por luxo e prazer, utilitarista, interessado exclusivamente no mercado, maximizador de interesses próprios, calculista, racional, poupador de dinheiro, introspectivo e sujeito à variação histórica. Mas, de uma coisa ele nunca abriu mão: do lucro capitalista. Como homem branco e burguês, permanece dominante. É nesse sentido que é preciso olhar para o contexto histórico em que essas abordagens foram elaboradas, mas também problematizar o porquê dessas abordagens permanecerem vigentes até hoje. Essa história dos homens que falam sobre os homens e para os homens é, nada mais, nada menos, do que a história da acumulação

de capital. Uma história que precisa ser ideologicamente construída dessa maneira para que continue a “prosperar”. Uma história em as relações sociais de sexo, de classe e de raça se unem, conforme Helena Hirata e Danièle Kergoat²⁴, de forma “*coextensiva*” (Hirata, 1995), sendo “co-produzidas” de modo “consustancial” pela tríade da dominação/opressão/exploração (Kergoat, 2010 e 2016).

Considerar as atribuições tradicionalmente referidas ao feminino não implicaria, conforme Ferber e Nelson (1993), na formação de uma “ciência do sexo feminino”, mas poderia investigar e corrigir os vieses construídos a partir de uma ênfase naquilo que se refere ao masculino e que tem mais relação com uma sociedade desigual pautada no ganho privado e acúmulo de capital. Assim, as autoras propõem a valorização de qualidades atribuídas socialmente às mulheres em direção a uma ciência menos negligente com a história das mulheres e, portanto, mais objetiva. Segundo England, tal análise pode suscitar que estejam reforçando os padrões de gênero, defendendo a permanência das mulheres, por exemplo, nos trabalhos domésticos e de cuidados. No entanto, seria “possível reconhecer o valor tradicionalmente feminino dessas atividades e, por consequência, recompensá-los, sem acreditar que as mulheres devam fazer uma parte desproporcional dessas atividades” (England, 1993, p. 39).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAERT, Patrick. “Algumas limitações das explicações da escolha racional na ciência política e na sociologia”. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol. 12, n. 35, São Paulo, 1997.
- BERGMANN, Barbara. “The Economics of Women’s Liberation”. In: “Successful Women in the Sciences”. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 208 (March): 154–60, 1973.

²⁴ Danièle Kergoat e Helena Hirata não são economistas feministas, mas desenvolvem análises teóricas e pesquisas empíricas sobre os paradigmas predominantes e dominantes nas Ciências Sociais e formularam conceitos importantes como o de “divisão sexual do trabalho”.

- BORDERÍAS, Cristina; CARRASCO, Cristina; ALEMANY, Carme (orgs.). “*Las mujeres y el trabajo: rupturas conceptuales*”. Barcelona: ICARIA : FUHEM, D. L., 1994.
- CARRASCO, Cristina (org.). “*Mujeres y Economía. Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*”. Barcelona: Icaria editorial, 1999.
- _____. “A sustentabilidade da vida humana”. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. (org.). “*A produção do viver*”. São Paulo, SP: SOF, 2003.
- _____. “La Economía Feminista: Una apuesta por otra economía”. In: VARA, María Jesús (ed.). “*Estudios sobre género y economía*”. Madrid: Akal, 2006.
- CATTANI, Antonio David [et al.]. “*Dicionário Internacional da Outra Economia*”. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- COLANDER, David; HORT, Richard; ROSSER JR., Barkley. “The changing face of mainstream economics”. *Review of Political Economy*, 16:4, 485-499, 2004.
- ENGLAND, Paula. “The separative self: androcentric bias in neoclassical assumptions”. In: FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (eds.). “*Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*”. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. (org.). “*A produção do viver*”. São Paulo, SP: SOF, 2003.
- FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (eds.). “*Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*”. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- FOLBRE, Nancy; HARTMANN, Heidi. “The rethoric of self-interest: Ideology and gender in economic theory”. In: KALMER, McCLOSKEY, SOLOW (ed.), “*The Consequences of Economic Rhetoric*”. Cambridge University Press, 1988.

FOLBRE, Nancy. “‘Holding Hands at Midnight’: the paradoxo of caring labor”. In: *Feminist Economics*, vol. 01, n° 01, printemps 1995, IAFFE e Routledge: 1995.

_____. *‘The invisible heart. Economics and Family values’*. New York: The News Press, 2001.

GRAPARD, Ulla. “Robinson Crusoe: The quintessential economic man?”. *Feminist Economics*, 1:1, 33-52, 1995.

HARAWAY, Donna. “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu* (5): pp. 07-41, 1995 [1988].

HARDING, Sandra. “Can feminist thought make economics more objective?”. *Feminist Economics*, 1:1, 7-32, 1995.

_____. “Conclusion: Epistemological Questions”. In: HARDING, Sandra (ed). *‘Feminism & Methodology: Social Science Issues’*. Bloomington and Indianapolis/Milton Keynes: Indiana University Press/Open University Press, pp. 181-190, 1987.

_____. “Rethinking Standpoint Epistemology: What is ‘Strong Objectivity’?”. In: Linda Alcoff e Elizabeth Potter (eds). *‘Feminist Epistemologies’*. New York: Routledge, 1992.

HARTMANN, Heidi. “The economic emergence of women: Bergmann’s six commitments”. *Feminist Economics* 4(3), 169–180, 1998.

_____. “The Family as the Locus of Gender, Class and Political Struggle: The Example of Housework”. *Journal of Women in Culture and Society*, 6 (3), 1981.

HIRATA, Helena. “Divisão – relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de Trabalho”. *Em Aberto*, Brasília, ano 15, n.65, jan./mar. 1995.

HOBBS, Thomas. *‘Leviatã’*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999 [1651].

- _____. “Do cidadão”. Cap. VIII. São Paulo: Martins Fomes, 2002 [1642].
- HUNT, Emery Kay; SHERMAN, Howard J. “*História do pensamento econômico*”. Petrópolis: Vozes, 1985 [1972].
- HUNT, Emery Kay. “*História do pensamento econômico*”. Petrópolis: Vozes, 2008 [1977].
- JENNINGS, Ann L. “Public or Private? Institutional Economics and Feminism”. In: FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (eds.). “*Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*”. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- JEVONS, William Stanley. “*A teoria da economia política*”. São Paulo: Nova Cultural, 1983 [1971].
- KERGOAT, Danièle. “Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais”. *Revista Novos Estudos*, ed. 86, 2010.
- _____. “O cuidado e a imbricação das relações sociais”. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (Orgs.). “*Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*”. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.
- LAWSON, Tony. “The nature of heterodox economics”. *Cambridge Journal of Economics*, 30, 483–505, 2006.
- MARIUTTI, Eduardo Barros. “Mão invisível, ordem espontânea e o mercado: breve nota sobre Adam Smith”. *Texto para Discussão. Unicamp. IE*, Campinas, n. 283, nov. 2016.
- MARSHALL, Alfred. “*Princípios de economia*”. São Paulo: Nova Cultural, 1982 [1890].
- MARX, Karl. “*O Capital*”. Vo. 01. São Paulo: Nova Cultural, 1988b [1867].
- _____. “*O Capital*”. Vo. 02. São Paulo: Nova Cultural, 1988a [1867].

- MORGAN, Mary. "Economic man as model man: ideal types, idealization and caricatures". *Journal of the History of Economic Thought*, Volume 28, Number 1, March, 2006.
- NELSON, Julie. "Gender and Economic Ideologies". *Review of Social Economy*, 34, 1993a.
- _____. "The study of choice or the study of provisioning? Gender and the Definition of Economics". In: FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (eds.). *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*". Chicago: University of Chicago Press, 1993b.
- NOBRE, Miriam. "Diálogos entre economia solidária e economia feminista". In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam (org.). *"A produção do viver"*. São Paulo: SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2003.
- _____. *"Economía solidaria y economía feminista: elementos para una agenda"*. São Paulo: SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2015.
- PÉREZ OROZCO, Amaia. "Amenaza tormenta: la crisis de los cuidados y la reorganización del sistema económico". *Revista de Economía Crítica*. Jan 01, 5:7-37, 2006.
- _____. *"Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida"*. Madrid: Traficantes de sueños, 2014
- PERSKY, Joseph. "The Ethology of Homo Economicus". *The Journal of Economic Perspectives*, Vol. 9, No. 2, pp. 221-231, 1995.
- SANTOS, Antonio Tiago Loureiro Araújo dos; BIANCHI, Ana Maria. "Além do Cânon: Mão Invisível, Ordem Natural e Instituições". *Est. econ.*, São Paulo, 37(3): 635-662, jul-set 2007.
- SCHEEFFER, Fernando. "Teoria da escolha racional: a evidenciação do homo economicus?". *Em Tese*, Florianópolis, v. 10, n. 1, jan./jun., 2013.
- SMITH, Adam. *"A riqueza das nações: investigações sobre a sua natureza e suas causas"*. Volume I. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1776].

- SOUZA, Daniel Fernando de. “O *Homo economicus* no século XXI: a emergência de um novo conceito de indivíduo?”. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG, 2014.
- WEBER, Max. “*A ética protestante e o espírito do capitalismo*”. São Paulo: Companhia das Letras, 2004 [1904].
- WILLIAMS, Rhonda. “Race, Deconstruction, and the Emergent Agenda os Feminist Economic Theory”. In: FERBER, Marianne A.; NELSON, Julie A. (eds.). “*Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*”. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

Submetido em 04/12/2018 e aceito em 17/12/2018.

